


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Reclamação nº: **0012435-11.2010.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Promessa de Compra e Venda**
 Requerente: **Ricardo Jose Martines Ribeiro, Roberta Chuqui Ribeiro**
 Requerido: **Gmelina Empreendimentos Imobiliarios Ltda, Cordifolia Empreendimentos Sa, Rossi Residencial Sa**

As executadas apresentaram impugnação ao cumprimento de sentença às folhas 520/522, alegando, em síntese, que: a) em relação à restituição dos juros e demais encargos moratórios, pagos durante o período compreendido entre 01 de janeiro de 2010 a 23 de novembro de 2010, o valor dos juros e encargos moratórios não foi cobrado dos impugnados, uma vez que, por ocasião da quitação do preço, por mera liberalidade, as impugnantes concederam aos impugnados um desconto no valor de R\$ 18.723,63, não havendo, portanto, que se falar em restituição do valor de R\$ 6.982,22; b) não incidem os honorários advocatícios sobre as custas processuais; c) os impugnados desembolsaram a quantia de R\$ 226,40 a título de custas processuais, enquanto que os impugnantes desembolsaram a quantia de R\$ 306,50 e, considerando que a sentença determinou que cada parte arque com metade das custas do processo, os impugnados são devedores do valor de R\$ 40,05; d) nesses termos, as impugnantes são devedoras da quantia de R\$ 48.503,56 e não de R\$ 56.468,83, devendo ser restituído às impugnantes a quantia de R\$ 7.965,27, bem como retido o valor de R\$ 40,06, a título de custas processuais.

Os impugnados manifestaram-se às folhas 539/540, alegando que: a) a sentença determinou o ressarcimento dos juros e demais encargos moratórios; b) quanto às custas processuais, os valores a que se referiram as impugnantes são custas de preparo de apelação, não cabendo aos impugnados ressarcir metade de tal quantia.

Decisão de folhas 553/555 determinou a elaboração de laudo pericial para apuração e apresentou os quesitos do juízo.

Laudo pericial de folhas 594/613.

Os impugnados manifestaram-se sobre o laudo às folhas 619.

As impugnantes manifestaram-se às folhas 622, concordando com o laudo pericial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Decisão de folhas 623 homologou o laudo pericial.

Decido.

(i) em relação à restituição dos juros e demais encargos moratórios, pagos durante o período compreendido entre 01 de janeiro de 2010 a 23 de novembro de 2010, de fato, o *expert* apurou que as impugnantes concederam desconto aos impugnados, não havendo, portanto, que se falar em restituição do valor de R\$ 6.982,22;

(ii) realmente não incidem os honorários advocatícios sobre as custas processuais, pois estas não integram o valor puro da condenação;

(iii) o valor relativo ao preparo integra as custas processuais que devem ser rateadas pelas partes, conforme já decidido às folhas 554.

(iv) com relação aos honorários advocatícios, conforme já decidido às folhas 553, a sentença determinou a compensação dos honorários advocatícios que foram fixados em 15% do valor total da condenação, não havendo, portanto, que se cogitar no pagamento por qualquer das partes dos honorários advocatícios, eis que essa proibição somente é prevista na vigência do Novo Código de Processo Civil.

Assim sendo, conforme laudo pericial os lucros cessantes correspondem à quantia de R\$ 51.100,89 (**confira folhas 597, último parágrafo**). Com relação às custas processuais, as impugnantes recolheram a maior a quantia de R\$ 83,22 (**confira folhas 598, terceiro parágrafo**), cujo valor deverá ser descontado da quantia de R\$ 51.100,89. Portanto, o valor devido pelas impugnantes aos impugnados é de R\$ 51.017,67.

Diante do exposto, acolho a impugnação de folhas 520/522, para o fim de declarar que as impugnadas são devedoras da quantia de R\$ 51.017,67.

Considerando o acolhimento da impugnação, de rigor a condenação dos impugnados no pagamento de honorários sucumbenciais em favor do patrono dos impugnantes, esses fixados em 10% sobre o proveito econômico obtido com a impugnação, ou seja, sobre o valor de R\$ 5.451,16 (que corresponde à diferença entre R\$ 56.468,83 e a quantia de R\$ 51.017,67), resultando no importe de R\$ 545,11, que deverá ser descontado do montante de R\$ 51.017,67.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Dessa maneira, após o trânsito em julgado, expeça-se guia de levantamento em favor dos exequentes/impugnados no valor de R\$ 50.472,56, bem como no valor de R\$ 545,11 em favor do patrono dos impugnantes/executados, e do saldo remanescente em favor dos impugnantes, do valor depositado às folhas 528, julgando extinta a execução, ante a satisfação do débito, nos termos do artigo 924, II, do Código de Processo Civil.

Certificado o recolhimento de eventuais custas remanescentes, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 03 de novembro de 2016.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**